



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3171 18/08/2025

REFORMA ADMINISTRATIVA VOLTAAO DEBATE COM RISCO DE PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO



Na última semana, o jornal Extra noticiou que a Reforma Administrativa voltou a ser pauta no Congresso Nacional. Entre os pontos em discussão, chama a atenção a proposta de regulamentar o trabalho temporário nos órgãos públicos, tema que acende um alerta no movimento sindical por representar ameaça à estabilidade e ao fortalecimento das carreiras públicas.

A prévia do relatório do Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD), sugere a criação de uma lei federal para regulamentar o trabalho temporário, diferenciando funções essenciais de Estado de funções transitórias. Também está em debate a implementação de um Cadastro Nacional de Temporários, com previsão de contratos de até seis anos de duração, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo FGTS, férias proporcionais e 13º salário.

Segundo levantamento do Instituto República.Org, o número de vínculos temporários na administração pública brasileira cresceu 1.760% entre 2003 e 2022, saltando de 38,5 mil para mais de 716 mil contratos. Esse contingente já representa 2,6% dos servidores federais, 7,7% nos estaduais e 31,5% nos municipais, chegando a 40% em algumas cidades. Na área da educação, os números são ainda mais alarmantes: 13,5% dos professores federais, 51,6% nos estados e 33,8% nos municípios são temporários, de acordo com dados do Todos pela Educação.

O relatório preliminar também prevê que cada vaga temporária seja avaliada para definir

se é realmente transitória ou se deve ser incorporada a uma carreira efetiva. Outro ponto controverso é a possibilidade de contratação provisória de aprovados no Concurso Nacional Unificado (CNU), até que haja a nomeação definitiva, o que para as entidades sindicais pode representar insegurança jurídica.

Vale lembrar que essas medidas ainda são especulações e que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) já declarou que só se pronunciará oficialmente após a apresentação das propostas finais do GT.

Ainda sobre as discussões do GT, nos últimos dias 15 e 16 de agosto, o Sintsef-ce participou virtualmente do Seminário Nacional sobre Reforma Administrativa, realizado pelo Fonasefe, e em breve divulgaremos o resultado e deliberações do evento.

MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO MAPA AVANÇA EM PAUTAS E PRORROGA GRUPO DE TRABALHO

Na última quarta-feira, 13 de agosto, foi realizada a 3ª reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O encontro contou com a participação dos representantes da Mesa e trouxe encaminhamentos importantes para as demandas da categoria.

Entre as deliberações, ficou definido que o Grupo de Trabalho (GT) que trata de assuntos ligados à ANTEFFA e à ANFA terá sua atuação prorrogada por mais quatro meses, com atividades previstas até dezembro deste ano.

Durante a reunião, também foi entregue ao MAPA um ofício da Condsef/Fenadsef reiterando a necessidade de resposta oficial aos documentos protocolados em fevereiro e maio de 2025.

O calendário de encontros da Mesa Setorial prevê ainda uma última reunião no dia 19 de novembro de 2025, consolidando as discussões deste ano e garantindo continuidade ao diálogo iniciado no primeiro semestre.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO